

A propósito de uma política de língua

Maria Helena Mira MATEUS
(Universidade de Lisboa)

1. Recordações

No já longínquo ano de 1962, quando o estágio profissional de professores só podia realizar-se num liceu normal (havia dois em Portugal, um em Lisboa, o Pedro Nunes, e outro em Coimbra), no tempo em que era necessário fazer um exame para se ser admitido como estagiário, no tempo, enfim, em que o ensino secundário se chamava "liceu" e começava quando os meninos tinham 11 anos, então eu fiz o estágio no Pedro Nunes em Português e Francês e a Maria Emília foi minha "metodóloga". Entre a estagiária Maria Helena e a metodóloga Maria Emília nasceu uma amizade que ainda persiste, passados 40 anos.

O estágio durava nessa altura dois anos, não era pago e terminava com o Exame de Estado, além de obrigar, no segundo ano, à elaboração de uma monografia apresentada solenemente sob a forma de conferência. O estagiário assistia às aulas dos seus metodólogos e dos colegas (éramos uns cinco, se não me engano, em português e francês), estudava os livros clássicos de pedagogia e didáctica, escrevia planos de aulas e exibia-se quando chegava a sua vez, ansioso e preocupado, diante de uma turma respeitadora.

A Maria Emília tinha andado na Faculdade de Letras – aquela que partilhava o edifício com a Academia das Ciências, aquela em que se descia para entrar e que tinha uma aula chamada "carro eléctrico" em que ficávamos todos em fila. Como entrou dois anos depois de mim e eu, nessa altura, já era orgulhosamente "da casa", não liguei muito à calouira. Mal sabia que, passado um tempo, estaríamos na posição inversa – e como eu a admirei na sua alta função de metodóloga de francês, transmitindo com entusiasmo os novos métodos de ensino de línguas vivas, com um domínio perfeito da língua e uma pedagogia aliciante e certa! Tínhamos então alunos brilhantes, e lembro o Marcelo Rebelo de Sousa, gordinho, atento, inteligente e de bonitos olhos azuis. Há quanto tempo já, e como a vida foi desenhando um entrelaçado de êxitos e fracassos, de alegrias e sofrimento, amores e desamores!

No verão que se seguiu ao fim do estágio, a Maria Emília e eu seguimos, em Besançon, um curso de linguística e didáctica de línguas. A companhia que nos entre-fizemos e a beleza da cidade tornaram esses dias numa estadia a recordar, de mistura com um lenitivo para certos sofrimentos que eu levava no corpo e na alma. E a tranquilidade da Maria Emília, a sua amizade palpável, ficaram fotografadas no meu caderno de memórias.

Foi aí, em Besançon, numa aula do curso de fonética, que Pierre Léon me disse: "Saiu há pouco um livro que você deve conhecer, os *Éléments de Linguistique Générale*, de André Martinet. Interessante, muito interessante. Não deixe de o comprar". Assim fiz. E realmente, ainda hoje o considero "interessante, muito interessante". Quando em 1965 comecei a ensinar na Faculdade de Letras a convite do Prof. Cintra (nesse tempo não se faziam concursos para a escolha de assistentes, ainda a democracia não tinha atravessado a fronteira), os *Éléments de Linguistique Générale*, já então na tradução portuguesa de Jorge de Moraes Barbosa, acompanharam muitas das minhas aulas. Estava-se na descoberta do estruturalismo.

Quando chegou o 25 de Abril, todos nós julgámos que podíamos transformar o mundo, o país, a sociedade ou, pelo menos, a Faculdade. Do curso de Filologia Românica nasceram os departamentos de Linguística e Literatura, hoje, respectivamente, Linguística Geral e Românica e Literaturas Românicas. Com o meu doutoramento obtido mesmo à beirinha de Abril de 74 – o primeiro que se fazia em linguística depois do doutoramento de Lindley Cintra, em 1954 –, pertenci à primeira Comissão Directiva eleita na Faculdade de Letras. Com sede de tudo enriquecer e melhorar, queríamos ver na escola os que achávamos melhores, os mais capazes. Eu tinha guardado aquela memória da excelência do ensino que a Maria Emília tinha demonstrado nos idos de 60. E com a cumplicidade do Cintra, chamámo-la para junto de nós. Aí permaneceu alguns anos, renovando antigas amizades, até que foi desafiada pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e, mais tarde, pela Universidade Aberta.

Durante muitos anos e, sobretudo, na Universidade Aberta, a Maria Emília, qual executiva de projectos internacionais, tratou com intimidade e à vontade núcleos diversos de ensino a distância, sobretudo franceses. E com público reconhecimento, trouxe para a universidade portuguesa inúmeros projectos de que beneficiaram a sua escola e outras instituições. No âmbito de um desses projectos reencontrámo-nos, em 1992, a partir de um simpático convite seu para colaborar num Colóquio sobre *O Ensino do Português nos Países da CE* que teve lugar no Luxemburgo¹. Ali estivemos, lado a lado, no entusiasmo de fortalecer e divulgar o ensino da língua portuguesa.

E porque este é um dos espaços da nossa cumplicidade, introduzo agora, neste momento de homenagem à Maria Emília, algumas considerações sobre o que julgo ser indispensável e urgente para o estabelecimento de uma política de ensino e divulgação do português no estrangeiro.

2. O ensino e a divulgação do português no estrangeiro

Qualquer proposta de política da língua portuguesa fora de Portugal tem, necessariamente, que partir de dois tipos de considerações:

- 1) Qual o lugar do português no mundo e, mais restritamente, no ambiente plurilinguístico da União Europeia?
- 2) Como se devem entender as variantes/variedades do português no seu ensino como língua não-materna?

Só depois de uma reflexão sobre estes dois pontos se pode entrar na discussão de objectivos gerais e parcelares e na concretização das acções indispensáveis para os alcançar, distinguindo sempre a política a levar a efeito nos países que, por circunstâncias históricas, utilizam o português como *língua de escolarização* e veicular para comunicação internacional, e nos países em que o português é *língua estrangeira*.

1) Apesar da universalidade da língua portuguesa (segundo muitos, a quinta língua mais falada no mundo) e do seu estatuto de língua de comunicação internacional, a sua expansão na Europa não está facilitada pelo desconhecimento que a envolve e pela ambiguidade que se desenvolveu, ao longo de anos, em torno de uma língua à qual se justapôs a imagem de 'língua de imigração'. Segundo um professor com larga experiência de ensino de português em França, "os leitores depararam-se, no exercício da sua missão, em certos países europeus, com dificuldades com a manutenção das suas turmas ou com a integração da disciplina nos *curricula*. A cada passo

precisam de estar atentos, de modo a não perderem terreno e, se possível, até a conquistá-lo, porque a diversidade linguística por um lado, e as tendências hegemônicas a que assistimos por outro, implicam uma permanente presença junto dos que têm o poder de decidir. Não esqueçamos que a língua portuguesa é ainda desfavorecida socialmente por estar colada aos fluxos emigratórios, embora haja a registar a este nível [nos últimos anos] uma mudança importante nas mentalidades.”²

E no entanto, ao mesmo tempo que vota ao desconhecimento as línguas de menor projecção, a Europa proclama frequentemente uma vontade política de preservar a diversidade linguística, considerando que a pluralidade das línguas constitui uma riqueza. Tal perspectiva implica que todas as línguas preservem a sua identidade como línguas maternas dos falantes de uma certa comunidade, e encontrem, fora dessa comunidade, um espaço de divulgação que lhes permita resistir a um progressivo desconhecimento. Podemos resumir este ponto de vista com as seguintes palavras: todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural; em consequência, quando uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala.

Existem, contudo, reais obstáculos a uma ideal preservação e divulgação das línguas vivas, obstáculos que decorrem da posição recíproca que ocupam no universo multilinguístico. Para tornar mais clara essa posição recíproca, o sociolinguista Abram de Swaan propõe que a constelação mundial das línguas seja vista, no que respeita à sua aceitação e influência social, como uma estrutura arborescente em quatro níveis³.

O primeiro nível é ocupado pelas 'línguas locais', línguas de tradição oral que não são utilizadas nos *media* nem ensinadas na escola (a não ser excepcionalmente) e que veiculam os conhecimentos através da memória dos seus falantes. Existem milhares de línguas nestas circunstâncias. Estas línguas periféricas podem comparar-se a *satélites* girando em torno de um planeta, representando este, por sua vez, a língua central.

No segundo nível acham-se as 'línguas centrais', muitas vezes línguas nacionais e ao mesmo tempo línguas de estado. Abram de Swaan chama-lhes línguas *planetárias*. Neste segundo nível conta-se no máximo uma centena de línguas, faladas por milhões, e até por dezenas de milhões de pessoas. São línguas escritas e impressas, reguladas por uma norma-padrão.

No terceiro nível encontram-se as 'línguas super-centrais' que De Swaan denomina *solares*. São línguas com muitos falantes bilingues que aprenderam, além da sua língua, uma outra com a qual comunicam com pessoas que desconhecem a sua língua materna. Neste terceiro plano figura uma dezena de línguas, falada cada uma por centenas de milhões de homens, e, no caso do chinês, por mais de um bilião.

Abram de Swaan apresenta ainda um quarto nível, em que coloca uma língua *hiper-central*, capaz de estabelecer uma relação entre línguas super-centrais e unificar o conjunto da constelação mundial das línguas. O inglês seria, neste caso, um bom exemplo.

A categorização das línguas apresentada por De Swaan não pretende emitir juízos de valor, mas antes situar as línguas numa dinâmica específica, com especial atenção às faladas na Europa. De acordo com essa proposta, o português constituiria, segundo Michèle Gendreau-Massaloux⁴, um notável exemplo de língua de nível *solar*.

A classificação da língua portuguesa como língua *solar* ou 'super-central' decorrente, principalmente, do grande número dos seus falantes, é contraditada pela posição que ocupa na União Europeia onde o português como língua não-materna está hoje restringido às funções

oficiais em organismos plurinacionais, sendo até, por vezes, confundido com o espanhol. Assim, discutir em Portugal a necessidade, e a urgência, da definição e efectivação de uma política de língua é um compromisso que os governos e os profissionais da área têm de assumir como uma opção política, para que esta língua constitua uma referência cultural e sócio-política. As estratégias de difusão do francês ou do espanhol evidenciam a existência de reais políticas linguísticas, com grande investimento e criação de poderosos meios para a sua difusão.

2) A segunda questão prévia a considerar incide sobre a forma como se devem entender as variedades do português no seu ensino como língua não-materna.

Sendo evidente que o português apresenta diferenças nos oito países em que é língua nacional e/ou oficial, nomeadamente nas suas *variedades europeia e brasileira*, pode continuar a afirmar-se que se trata de uma única língua ou não se terá já cindido em duas? Diferenças no nível fonético, em estruturas sintácticas e no acervo lexical poderão ser interpretadas como caminhos gramaticais divergentes. Não podem, porém, de um ponto de vista exclusivamente linguístico, justificar a existência de duas línguas.

Na realidade, estamos diante de questões de natureza diferente. O fundamento para se considerar que as variedades de uma língua devem ser mantidas sob a mesma denominação, mesmo exibindo diferenças evidentes, não assenta apenas em bases linguísticas mas tem uma importantíssima vertente sócio-cultural e política. A manutenção da mesma língua é uma vontade explícita e uma convicção assumida. A presença, nos ambientes plurilingues, de grupos de interesses unidos por falarem "a mesma língua" potencia a tomada de posição desses grupos, sobretudo quando se trata de comunidades de menor força no campo económico. Ou seja, o termo "português", que cobre as variedades sociais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal, no Brasil e nos países de língua oficial portuguesa deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional.

Mas, no campo do ensino e da divulgação do português como língua segunda ou como língua estrangeira, que faremos com as diferenças variacionais?

Em primeiro lugar, teremos que respeitar todas as variedades, já que linguisticamente não há variedades de uma língua superiores a outras. Esse respeito deverá estar presente na orientação da política de língua que Portugal desenvolva. Assim, não se compreende o estado de ansiedade ou preocupação concorrencial que por vezes se nota nos nossos agentes culturais em relação aos seus colegas brasileiros.

Tal como não há superioridade linguística entre as variedades, também ela não existe entre os dialectos. O desprestígio que marca certas pronúncias dialectais ou sociolectais tem como causa a consagração de um dialecto como *norma-padrão*, dialecto que corresponde, habitualmente, ao que se fala na região em que estão sediados os órgãos do poder político. A variedade do português europeu, como qualquer outra variedade nacional, possui uma norma-padrão de que a escola é especial depositária e que está presente em várias circunstâncias da vida social. Segundo Ivo Castro, os falantes de uma língua estão expostos a muitos meios de influência linguística além da escola, nomeadamente os meios de comunicação. Podemos até aceitar a afirmação de que "a norma portuguesa dotada de maior vitalidade e capacidade de fazer adeptos é a que transmitem os jornais, a rádio e a televisão⁵."

A par da inevitável variação de uma língua, a existência da norma é necessária como referência da produção linguística e como garante da aceitabilidade de um certo comportamento no contexto sócio-cultural em que estamos inseridos. Como em qualquer campo da actuação

humana, a norma tem justificações sócio-políticas e históricas, de carácter pedagógico e comunicativo. É, em certas circunstâncias, um factor de identificação linguística e cultural e de solidariedade social. O ensino do português como língua segunda não dispensa a preocupação com a norma.

3. Para uma política de língua

Abordar os objectivos e as acções necessárias para concretizar uma política da língua portuguesa no estrangeiro obriga a que se distingam dois contextos: os países que utilizam o português como *língua de escolarização* e *veicular* para comunicação internacional e os países em que o português é *língua estrangeira*⁶.

3.1. O português como língua de escolarização e veicular

Nos países em que o português é língua oficial e, portanto, língua de escolarização e de comunicação internacional, o ensino do português é um dos pontos fortes na actividade de cooperação entre Portugal e esses países. A política de língua a desenvolver nestes contextos deve ter subjacente:

- O reconhecimento da diversidade cultural entre os diferentes países.
- O desenvolvimento de uma investigação sobre as línguas nacionais.
- A coordenação das acções de cooperação entre as diversas instituições portuguesas intervenientes.

Tendo em conta estes pontos básicos, para reflectir no concreto sobre uma política de língua é necessário que se definam os seus *objectivos*, as *estratégias* a desenhar para os atingir e as *táticas* a aplicar.

Considero prioritários os seguintes *objectivos* da política linguística do português nos países que o utilizam como *língua de escolarização* e *veicular*:

- Fortalecer a projecção do português como língua de comunicação internacional.
- Reforçar o entendimento da cooperação como um espaço que favorece a inter-relação afectiva, social, cultural e económica, isto é, um espaço multicultural e multilíngue.
- Levar a efeito a formação de profissionais para o ensino do português como língua de escolarização.

Para atingir estes objectivos é necessário criar *estratégias* como:

- O desenvolvimento de mecanismos adequados à formação e recrutamento de professores de português como língua segunda.
- O desenvolvimento da investigação sobre a criação das normas do português nos países em que é língua oficial.
- A criação de estruturas de reforço das actividades lectivas e de investigação, e dos diversos espaços de difusão do português, tendo em conta os contextos em que se integra.

Por sua vez, a concretização das estratégias exige, entre outras *acções*:

- Levar a efeito um levantamento da investigação realizada e em curso nos países africanos e em Portugal sobre as variedades africanas do português e sobre a relação entre as línguas nacionais e a língua portuguesa.
- Levar a efeito um levantamento relativo às características linguísticas das populações escolares dos países em que o português é língua de escolarização.
- Organizar em Portugal, de acordo com as entidades governamentais dos países africanos e de Timor, estágios regulares para a formação de professores de português.
- Preparar e produzir materiais didácticos, e apoiar a produção desses materiais nos respectivos países.
- Apoiar projectos dinamizadores de acções conjuntas, de parcerias entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa, e multiplicar as acções de intercâmbio no âmbito do ensino do português.

3.2. O português como língua estrangeira

Como ponto de partida para a reflexão sobre o ensino do português como língua estrangeira tomo as seguintes palavras de António Soares:

"Para que se possa entender o ensino do português na Europa, como, aliás, em qualquer parte do mundo, é necessário que ponhamos em comum o conhecimento de três aspectos essenciais:

- As estruturas de enquadramento da área do sistema que gere o ensino do português no estrangeiro, bem como alguma linguagem utilizada em diferentes textos legislativos.
- As finalidades da existência de uma rede do português no estrangeiro.
- No que à Europa diz respeito, uma abordagem à actual situação do ensino da língua e da cultura portuguesas nos diferentes países onde o Estado Português mantém e gere o funcionamento de uma rede escolar."⁷

Os *objectivos* abaixo enunciados podem considerar-se prioritários relativamente ao ensino do português como língua estrangeira.

- Manter e reforçar o ensino do português no estrangeiro como língua segunda (para os emigrantes portugueses, por exemplo) e como língua estrangeira.
- Valorizar a função do professor de português nas Universidades e escolas estrangeiras.
- Incrementar o intercâmbio de instituições nacionais e estrangeiras que tenham responsabilidade sobre o ensino do português língua estrangeira.

Para atingir estes *objectivos* supõem-se necessárias as seguintes *estratégias*:

- Estabelecer acordos com Universidades de modo a valorizar institucionalmente o ensino do português.
- Distinguir os contextos onde o ensino da língua se conjuga intimamente com a difusão da cultura, literatura e história, dos contextos em que apenas o ensino da língua é prioritário.
- Levar a efeito um levantamento das condições de ensino do português no estrangeiro, dos interesses particulares dos vários países e das necessidades de cobertura de áreas como, por exemplo, a ibero-americana.

A concretização das estratégias implica uma atenção especial dada a *ações* como:

- A formação científica e pedagógica dos professores de português língua estrangeira incluindo um conhecimento especializado das vertentes do português não europeu.
- A estimulação do interesse de licenciados disponíveis para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro.
- A criação de módulos de ensino do português em colaboração com os professores e organismos estrangeiros.
- A construção de materiais multimedia para os vários níveis de ensino, em forte inter-relação com as ferramentas informáticas do português, tais como terminologias informatizadas, dicionários electrónicos e bases de dados lexicais. Publicação na Internet desses materiais e de todas as informações disponíveis que respeitem a esta área de trabalho.

Finalmente, deve lembrar-se que a existência de uma política da língua exige uma acção concertada dos vários organismos governamentais que por ela são responsáveis. Mas quando essa responsabilidade está dispersa por três Ministérios – da Educação, dos Negócios Estrangeiros e da Ciência e Ensino Superior e, ainda, pelo Ministério da Cultura de que depende o Instituto do Livro e da Leitura – a articulação revela-se quase impossível. Torna-se, portanto, necessário um esforço esclarecido para conseguir um verdadeiro enquadramento, eficiente e poderoso que venha a tratar eficazmente a importante área da política da língua portuguesa. Todos os que, como eu, andam nestas lides há várias décadas continuam a esperar pela criação de uma política de língua, estruturada, consistente e sentida como uma verdadeira prioridade nacional.

4. E por fim...

Estou certa de que a Maria Emília apoiaria as palavras com que terminei a minha contribuição para uma política da língua portuguesa no estrangeiro. A nossa antiga cumplicidade está presente nestas preocupações comuns, como também o está na partilha do projecto REDIP - *Rede de Difusão Internacional do Português: Rádio, Televisão e Imprensa*, um projecto que estuda o discurso dos meios de comunicação social em Portugal. E esteve, posso afirmá-lo, nos momentos em que arguí as suas provas de Agregação e em que redigi o relatório do concurso que a aprovou como Professora Catedrática.

Neste longo percurso em que ambas demos o melhor de nós às escolas em que trabalhámos, sinto uma alegria doce por poder testemunhar que quarenta anos não são demais para manter viva uma amizade fundada em desígnios comuns, partilhados com amoroso entusiasmo.

Notas

¹ Actas do colóquio *O Ensino do Português nos Países da C. E.* Luxemburgo, Junho de 92. Lisboa, Universidade Aberta, 1994.

² José Manuel Esteves, "Leitorados e outras questões". In *Uma política de língua para o Português*. Coordenação e introdução de Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Edições Colibri. (Cursos da Arrábida, 1998), p. 102.

³ Abram Swaan (ed.) *Social Policy Beyond Borders; The Social Question*. In *Transnational Perspective*. Amsterdam: Amsterdam U.P., 1994.

⁴ Ver Michèle Gendreau-Massaloux, "A constelação linguística na Europa". In *Uma política de língua para o Português*. Coordenação e introdução de Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Edições Colibri. (Cursos da Arrábida, 1998), p. 63.

⁵ Ivo Castro, "O linguista e a fixação da norma". In *Actas do XVIII Encontro Nacional da APL*. (Porto, 2002). Lisboa: Colibri, 2002, p. 12.

⁶ Deve acrescentar-se ainda que há que distinguir entre os países que utilizam o português apenas como língua de escolarização (caso de Timor e, até certo ponto, da Guiné-Bissau) e aqueles em que o português é também língua de comunicação com o exterior.

⁷ António Soares, "O Português na Europa e nas instituições europeias". In *Uma política de língua para o Português*. Coordenação e introdução de Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Edições Colibri. (Cursos da Arrábida, 1998), p. 73.